



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

SAÚDE DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NO NÚCLEO DE ATENÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR (NAST) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM (PA) EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO¹

Luciete Furtado de Almeida²

Fernanda Iracema Moura Arnaud³

Rita de Cássia Barbosa dos Santos⁴

David William Queiroz Paixão⁵

Resumo: O artigo analisa o trabalho realizado pelo assistente social e equipe interdisciplinar na saúde do trabalhador da educação da Prefeitura de Belém em uma perspectiva crítica. Ressalta a necessidade urgente da união de tais trabalhadores para, com suas entidades representativas, defenderem melhores condições de vida e de trabalho, o que perpassa pela luta por uma educação pública e de qualidade.

Palavras-chave: Transformações no mundo do trabalho; Saúde do trabalhador da educação; Adoecimento laboral.

Abstract: This article analyzes the work carried out by the social worker and interdisciplinary team in the health of the education worker of the Municipality of Belém in a critical perspective. It stresses the urgent need for the union of such workers, with their representative entities, to defend better living and working conditions, which runs through the struggle for a public education and quality.

Keywords: Transformations in the world of work; Health worker education; Job impairment.

1 Introdução

Este artigo objetiva analisar o trabalho desenvolvido pelo Assistente Social e pela equipe interdisciplinar no Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador (NAST) da Prefeitura municipal de Belém, estado do Pará, a partir do acolhimento de servidores que estão em processo de adoecimento. A metodologia utilizada englobou o levantamento quantitativo e

¹ O presente trabalho foi elaborado com financiamento de bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Brasil (CAPES), no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD – Amazônia), processo nº 88881.318045/2019-01.

² Profissional de Serviço Social. Secretaria Municipal de Educação de Belém. E-mail: <asslucietefurtado@yahoo.com.br>.

³ Estudante de Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: <asslucietefurtado@yahoo.com.br>.

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: <asslucietefurtado@yahoo.com.br>.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <asslucietefurtado@yahoo.com.br>.

qualitativo dos acolhimentos realizados no ano de 2018, refletidos à luz da teoria social crítica, por meio de revisão bibliográfica das categorias trabalho, reestruturação produtiva, reforma do Estado e saúde do trabalhador.

As transformações ocorridas no capitalismo desde as últimas décadas do século XX impactaram no mundo de forma geral e principalmente o mundo do trabalho. Houve um longo período de crescimento da economia capitalista, iniciado no pós-guerra, porém os anos 1970 foram marcados pela estagnação e pela crise, estampadas através da crise do padrão taylorista-fordista, mas cujas determinações profundas estavam situadas na crise estrutural do capitalismo.

Segundo Mandel (1985), após uma onda longa de crescimento, manifesta nos trinta anos gloriosos do fordismo-taylorismo e do Estado de bem-estar social nas economias centrais, seguiu-se “a curva decrescente da eficácia econômico-social da ordem do capital” (NETTO, 1995, p. 69), a qual fomentou o avanço das ideias neoliberais, consubstanciadas não somente na reestruturação da forma de produzir, mas em mudanças políticas e sociais substanciais, centradas na acumulação flexível e na figura do Estado mínimo, com ênfase na flexibilização do trabalho, no corte dos gastos sociais e na privatização, dentre outras ofensivas do capital.

No Brasil, este avanço ocorreu sobretudo a partir dos anos de 1990, explicitado em ações centradas no ajuste fiscal, controle inflacionário, arrocho salarial, extensos programas de privatização, reforma do Estado brasileiro, embasadas em um novo perfil de política social de caráter compensatório e focalista. Com efeito, desenvolve-se um processo de precarização sem precedentes do trabalho na cena contemporânea, manifesto nas mudanças das formas de organização e gestão do trabalho, do papel do Estado e das políticas sociais, na legislação trabalhista e social, no comportamento dos sindicatos e nas novas formas de ação de associações civis e de instituições públicas (DRUCK, 2013).

Trata-se, segundo Druck (IBIDEM), de um fenômeno novo no Brasil, nesse caso, o novo refere-se à institucionalização da flexibilização e precarização modernas do trabalho em escala ampliada, o que, na realidade, apenas renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, ocasionando uma regressão social em todas as dimensões.

Nesse ponto, cabe resgatar o sentido ontológico do trabalho, explicitado Marx na sua teoria do valor trabalho. O trabalho é uma categoria fundante da realidade social, uma vez que o homem, no processo de interação com a natureza, transforma-a continuamente para suprir suas necessidades; assim, diferencia-se dos animais, criando um mundo social e humano. Como abordado por Marx (1980, p.202), o trabalho

É um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça, mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes força útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a ao mesmo tempo que modifica sua própria natureza.

Contudo, Marx e Engels (1983) expõem que, no regime de produção capitalista, o trabalho assume seu caráter de alienação, contribuindo para a degradação humana, uma vez que, ao serem obrigados a reproduzir suas condições de existência vendendo sua força de trabalho em troca de um salário, incompatível com condições dignas de existência, o homem se vê destituído do próprio produto do seu trabalho (que é apropriado pelo capitalista sob a forma de mais-valia), de sua atividade criadora e de sua própria essência.

Antunes (1999), por sua vez, destaca que a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho, desemprego estrutural e aumento do exército industrial de reserva, dentre outras consequências, desencadeando processos de destruição não só da vida humana, mas da própria natureza.

O profissional da educação sofre os efeitos desse processo de transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho desde o século XX e que se reflete na saúde deste profissional, a qual está diretamente interligada à forma como o trabalho é realizado. Com efeito, a atual e voraz ofensiva do capital amplia a barbárie social ao provocar um processo de precarização crescente do trabalho⁶ e das condições de existência social do trabalho vivo⁷ (ALVES, 2013), demandando novas estratégias de enfrentamento.

Assim, o presente artigo está estruturado em 04 (quatro) partes, além da introdução e das considerações finais. A segunda parte discute o avanço do ideário neoliberal na educação, consubstanciado na reforma da política educacional a partir dos anos 1990. A terceira parte apresenta uma síntese dos atendimentos realizados pelo Núcleo de Saúde do Trabalhador (NAST) da Secretaria Municipal de Educação de Belém junto aos profissionais da educação, os quais são analisados nas considerações finais, evidenciando-se a relação dos adoecimentos apresentados por tais trabalhadores. Conclui-se, destacando a necessidade urgente de se reatar os laços de solidariedade fundamentados no sentido de pertencimento de classe junto aos profissionais da educação para, unidos com suas

⁶ Precarização que se manifesta pela constituição ampliada de uma nova precariedade salarial delimitada pelas novas formas de contratação flexível (trabalho temporário, terceirização, etc.) e pela difusão da gestão toyotista atrelada às novas tecnologias informacionais. Isso acaba configurando uma nova estrutura da vida cotidiana aos trabalhadores. (ALVES, 2013).

⁷ A precarização das condições de existência social do trabalho vivo ocasiona a precarização do homem-que-trabalha, manifesta, por exemplo, nos altos índices de adoecimento dos trabalhadores, verificados atualmente em diversos países (ALVES, 2013).

entidades representativas, defenderem melhores condições de vida e de trabalho, o que perpassa pela luta por uma educação pública e de qualidade no Brasil.

2 REFORMA DO ESTADO E REFORMA EDUCACIONAL

Medeiros e Reis (2012) afirmam que, a partir da década de 1990, o neoliberalismo avançou no mundo e no Brasil, impulsionado pelo capitalismo e sustentado pela Reforma do Estado⁸, que se integrou ao processo de globalização e reestruturou a sociedade e a educação, mediadas pelos organismos internacionais, sobretudo pelo Banco Mundial, representando os interesses dos Estados Unidos da América na América Latina.

No Brasil, as ideias neoliberais avançaram, sobretudo, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja maior expressão foi a Reforma do Estado brasileiro, que impactou nas estruturas estatais, desencadeando um movimento de precarização das condições de vida e de trabalho, refletido na redução dos investimentos no setor público, na focalização das políticas sociais, no arrocho salarial e no avanço da lógica produtivista e financista nas políticas de gestão das instituições.

A reestruturação do sistema educacional brasileiro seguiu o modelo da reforma conservadora que teve início nos Estados Unidos e na Inglaterra, um processo que trouxe mudanças para as organizações educacionais e graves consequências para o trabalhador. Esse modelo capitalista, que tem como objetivo maior produção de mercadorias em menor espaço de tempo, trouxe grande impacto na vida do trabalhador da educação.

Dessa forma, o trabalho na educação é parte do capitalismo, submete-se à sua lógica e às suas contradições. Nesse sentido, a reforma do sistema educacional brasileiro implementada em especial a partir dos anos 1990, foi impulsionada pela ideia de que a educação era um dos principais determinantes da competitividade entre os países no bojo da mundialização do capital. Portanto, era necessário adaptá-la às novas exigências do mercado.

Os principais indicadores no âmbito da educação à época revelavam um elevado índice de analfabetos adultos, altas taxas de evasão e repetência e baixa cobertura de alunos no ensino médio na faixa etária adequada a este nível de ensino. Assim, as principais prioridades traçadas na Declaração Mundial de Educação para Todos, aprovada

⁸ Conforme abordado por Behring (2008), a Reforma do Estado representou uma ação estratégica da política neoliberal, consubstanciada no Consenso de Washington, com a imposição de uma série de mudanças no âmbito do aparelho do Estado, dentre as quais a definição de uma nova relação público-privado e de uma política de padrões produtivistas, típica da administração privada, no âmbito das instituições públicas, o que desencadeou um processo de desestruturação do Estado e de destruição dos direitos sociais.

em Jomtien, foram: a universalização do ensino básico e a redução das taxas de analfabetismo. Isso se consubstanciou na proposição de algumas medidas pelo Banco Mundial, quais sejam: uso mais racional dos recursos destinados à educação; prioridade na atenção aos resultados, com a implementação de sistemas de avaliação e busca de eficiência; e articulação entre os setores públicos e privados para ampliar a oferta de educação (SILVA; ABREU, 2008).

Além do Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) afirmava a necessidade de adequação da educação escolar ao processo de reestruturação produtiva, ao destacar que a reforma da educação era necessária para proporcionar a oferta de conhecimento e habilidades necessários e requeridos pelos sistemas produtivos (SILVA, ABREU, 2008). Todo esse aparato normativo desencadeou um conjunto de medidas reformadoras da educação brasileira que redefiniram a estrutura administrativa e pedagógica do sistema educacional, consubstanciando uma lógica gerencialista no modelo de gestão educacional, voltada a implementar uma política educacional baseada na eficiência.

A partir de 1995, as políticas educacionais estimuladas pela reforma do Estado, especialmente a Lei nº 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluíram várias atribuições aos profissionais da educação que passou a ser requisitado também em atividades relacionadas ao financiamento, gestão, avaliação, coordenação do processo de ensino e de serviços educacionais.

E isso ocorre simultaneamente à expansão do ideário neoliberal que apregoa a necessidade de Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital, o que vai se refletir no trabalho docente e dos demais profissionais da educação. Dessa forma, no âmbito da reestruturação produtiva e do avanço neoliberal, os profissionais da educação convivem, de um lado, com exigências de produtividade e eficiência impostas pelas reformas educacionais e, de outro, com condições de trabalho, formas de contratação e condições salariais precárias, consubstanciando, assim, um intenso processo de precarização que acaba por impactar cada vez mais na saúde desses profissionais, fragilizando-a.

Com efeito, de acordo com Druck (2009, apud RAICHELIS, 2011), existem cinco grandes tipos de precarização do trabalho, os quais envolvem: formas de mercantilização da força de trabalho (formas precárias de inserção dos trabalhadores, explícitas ou disfarçadas; desestabilização dos trabalhadores estáveis com perda de direitos e vínculos, etc.); processo de construção das identidades individual e coletiva (fragilização das identidades individual e coletiva e da dimensão ética do trabalho); organização e condições de trabalho (cobrança por produtividade, intensificação do ritmo do trabalho, polivalência, etc.); condições de segurança no trabalho, com precarização da saúde e da segurança no espaço

laboral, devido à precariedade das mesmas, a diluição de responsabilidades entre estáveis e instáveis, dentre outras; e condições de representação e de organização sindical, com aumento da fragilidade sindical, devido à terceirização que provoca a pulverização e competição entre os trabalhadores, dentre outras consequências.

Segundo estudos e pesquisas realizadas no Brasil e também no Pará (BORDALO, 2014), a saúde do profissional da educação está relacionada com as condições de trabalho que afetam sua saúde física (doença osteomusculares, doença da voz) e sua saúde mental (depressão, síndrome de Burnout e outros), e com as próprias políticas educacionais adotadas no contexto de intensa concorrência internacional.

Portanto, é necessário entender a lógica que une as atuais condições de trabalho e saúde dos profissionais da educação com o processo social mais amplo que a determina, o que não pode prescindir da análise dos processos de adoecimento apresentados por tais profissionais, os quais impulsionam a busca pelos serviços de saúde existentes no âmbito das políticas públicas de saúde do trabalhador.

3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NO NÚCLEO DE ATENÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR (NAST) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE BELÉM (PA)

O Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador da Secretaria Municipal de Educação de Belém (NAST/SEMEC) foi implantado em 1999, com fundamentação legal na Lei Federal 8080/90 e na Política de Valorização do Trabalhador da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), de 1999, a qual traz como um de seus objetivos trabalhar a promoção e prevenção da saúde do trabalhador.

O NAST faz parte do Departamento de Recursos Humanos - DERH e realiza um trabalho em parceria com diretores(as), coordenadores(as), professores(as) e outros profissionais da educação e de outras secretarias municipais, com o levantamento de dados para elaboração do perfil epidemiológico anual desse público, que fornece subsídios para a elaboração e desenvolvimento de programas, projetos e ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

O Serviço Social, neste espaço sócio-ocupacional, surgiu em outubro de 2004, e é de grande relevância, pois, a saúde do trabalhador da educação é uma das múltiplas expressões da questão social, objeto de trabalho cotidiano do Assistente Social; portanto, neste campo, busca compreender o conjunto de variáveis que interferem na relação saúde x trabalho, de forma a elaborar estratégias para o enfrentamento das mesmas.

O NAST é composto por equipe interdisciplinar com a presença de: fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, pedagogos, professores, psicopedagogos e Assistente Social. A

demanda de trabalho para o Assistente Social e demais profissionais é de atendimento, orientação e encaminhamento dos profissionais de educação para perícia médica do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém (IPAMB); recebimento de declarações e atestados médicos; acolhimento interno (dentro do núcleo) e acolhimento no espaço laboral (Escolas, Unidades de Ensino Infantil - UEIS e Unidades Pedagógicas - UPS) dos servidores; e mediação com os profissionais e chefia sobre o processo de readaptação, a fim de que os profissionais da educação desenvolvam atividades de acordo com suas limitações de saúde. Esse momento proporciona melhor contato com a realidade dos profissionais em seus locais de trabalho.

Neste tópico, serão expostos os resultados da pesquisa realizada com base nas fichas de acolhimentos realizados no ano de 2018, por meio da qual se traçou o perfil do trabalhador da educação em adoecimento na rede municipal de Belém no referido ano, assim como se evidenciou os processos de adoecimento apresentados por tais trabalhadores. Desse modo, no total, foram realizados 52 (cinquenta e dois) acolhimentos no ano de 2018.

- Perfil dos profissionais atendidos e dos atendimentos realizados: No que tange ao perfil dos profissionais atendidos, a maioria é do sexo feminino, ou seja, dos 52 acolhimentos, 45 foram feitos com mulheres e apenas 07 com homens. No que tange ao cargo ocupado pelos profissionais, tem-se que: 10 (dez) são professores pedagógicos, 10 (dez) professores licenciados, 24 (vinte quatro) são agentes de serviços gerais (pessoal da limpeza, merendeiras e porteiros), 02 (dois) são supervisoras escolares, 01 (uma) é monitora, 01 (uma) é Secretária, 01 (um) é auxiliar administrativo, 01 (um) é assistente administrativo, 01 (um) é técnico pedagógico e 01 (um) é assessor superior. Ou seja, deste grupo, a maioria dos profissionais é agente de serviços gerais e professor.

Importa mencionar que a região de Belém é dividida por bairros e esses são agrupados por distritos⁹, para melhor organização territorial e administrativa. Assim, com relação à quantidade de acolhimentos realizados por distrito, tem-se o seguinte: no distrito DAICO, foram realizados 02 (dois) acolhimentos; no DASAC, 08 (oito) acolhimentos; no

⁹ O município de Belém apresenta 08 (oito) distritos administrativos, são eles: DAMOS (Distrito Administrativo de Mosqueiro); DAENTE (Distrito Administrativo do Entroncamento); DAOUT (Distrito Administrativo de Outeiro); DASAC (Distrito Administrativo da Sacramenta); DAICO (Distrito Administrativo de Icoaraci); DABEL (Distrito Administrativo de Belém); DABEM (Distrito Administrativo do Benguí); e DAGUA (Distrito Administrativo do Guamá). (Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=18&conteudo=4762>, Acesso em: 20 jun. 2019).

DABEN, 08 (oito); no DAGUA, 11 (onze); no DAMOS, 01 (um); no DABEL, 14 (catorze); e no DAENT, 08 (oito) acolhimentos, totalizando 52 acolhimentos. Portanto, os distritos com maior número de acolhimentos foram: DABEL (bairros centrais), com 14 acolhimentos, DAGUA (bairros da periferia mais próximo dos bairros centrais), com 11; e DAENT, com 08 acolhimentos.

Com relação ao vínculo institucional e ao período de admissão no trabalho, do grupo que foi acolhido, todos são profissionais do quadro efetivo, pois o NAST recebe somente laudos oriundos do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém (IPAMB), assim como solicitações de acolhimento pra esses profissionais. Os servidores contratados no âmbito da Prefeitura de Belém são atendidos pelo Sistema Único de Saúde e, quando periciados, são encaminhados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Ressalta-se que, quando observado o período de admissão, os profissionais atendidos foram admitidos entre os anos de 1993 a 2013, ano do último concurso para área de educação do município de Belém. Nos anos de 2018 e 2019, os profissionais foram contratados por processo seletivo simplificado, o qual dá direito ao profissional permanecer no emprego apenas por dois anos, evidenciando mais uma forma de precarização do trabalho.

As fontes de chegada das demandas para acolhimento pelo NAST são diversas. No ano de 2018, foram: 22 (vinte e dois) atendidos via laudos periciais de readaptação provisória; 09 (nove) laudos de readaptação definitiva; 07 (sete) por procura espontânea do serviço pelos profissionais em processo de adoecimento ou para esclarecimento de dúvidas sobre seus direitos; 06 (seis) por processo administrativo (solicitação de transferência de local de trabalho, abertura de processo administrativo por faltas ao trabalho, processos de aposentadoria) e orientações sobre o processo de doença e direitos assegurados; 04 (quatro) solicitações de atendimento via ofício encaminhado por gestores escolares (diretor e coordenador de escola) para saber a situação de saúde do servidor em acompanhamento, para orientação aos profissionais adoecidos no que se refere aos direitos e procedimentos administrativos afetos à licença saúde e outras questões; 02 (dois) por ofícios oriundos da Diretoria de Recursos Humanos para acompanhar a situação de saúde do servidor atendido; 02 (dois) acolhimentos para acompanhamento de servidores em longo processo de adoecimento.

- Acolhimentos realizados através de laudos médicos: Dos 52 (cinquenta e dois) acolhimentos realizados através dos laudos médicos, 22 (vinte e dois) deles referiam-se a profissionais em processo de readaptação provisória, a qual ocorre quando o profissional é encaminhado a outra atividade provisoriamente, diferente da qual está habituado a atuar,

em decorrência de limitações do adoecimento, até reestabelecer sua saúde, para evitar processos de trabalho que estavam contribuindo para seu adoecimento.

Nesses casos, é de suma importância a atuação da equipe do NAST, uma vez que esta, de posse do laudo pericial (documento que indica o tipo de adoecimento, as limitações profissionais e o período que deverá permanecer em outra atividade), realiza visita ao local de trabalho do servidor e exerce um papel de mediador junto ao gestor escolar, à coordenação e ao profissional adoecido, no sentido de esclarecer as limitações de saúde-doença existentes e, assim, buscar formas de, respeitando a condição de saúde do servidor, aproveitar seu potencial laborativo remanescente, a fim de contribuir com a função educativa.

Trata-se de um atendimento de grande relevância, tanto para o servidor adoecido, quanto para a gestão das escolas, pois está voltado a criar um ambiente favorável à recuperação do servidor, assim como à busca de alternativas para suprir as demandas de serviço, dado que, em alguns casos, surge a necessidade de contratação de outro profissional para atuar no lugar do servidor adoecido, o que implica em maiores custos à gestão educacional.

Trata-se de um momento difícil, no qual o trabalhador está fragilizado por estar adoecido, inseguro por ter que mudar de atividade, preocupado com a sobrecarga de trabalho da equipe escolar e com a adaptação de atividades, sentindo-se culpado muitas vezes por sua falta junto aos alunos, sem deixar de mencionar a possibilidade de que a readaptação provisória se torne uma readaptação definitiva no futuro, o que pode implicar em perdas financeiras, previdenciárias, emocionais (relacionadas à prejuízos à autoestima, à perda da identidade profissional, etc.), dentre outras.

No que tange à readaptação definitiva, o levantamento de dados observou que 09 (nove) profissionais encontravam-se nesse processo, o qual implica em maiores perdas ao servidor, em decorrência de seu adoecimento, uma vez que este profissional, até sua aposentadoria, será adaptado em outras atividades diversas da habitual; quando esse profissional é um professor, tem implicações salariais relacionadas à perda da regência de classe, além da perda do direito à aposentadoria especial e aumento do prazo relacionado ao tempo de serviço para se aposentar. Nesse sentido, além de estar com a saúde comprometida, este servidor tem perdas econômicas, de direitos, mudança de função, gastos maiores com tratamento e medicação, aumento de tempo de serviço e, em quase todos os casos, a saúde emocional fica abalada. Os resultados revelam um alto índice de absenteísmo.

- Adoecimentos que mais acometem o profissional da educação e os fatores contributivos: No ano de 2018, no âmbito dos acolhimentos realizados, observou-se que as doenças osteomusculares, seguidas da depressão e da doença da voz, foram as principais causas de afastamento dos profissionais da educação por motivo de adoecimento. Dos 52 (cinquenta e dois) acolhidos, 30 (trinta) foram acometidos por doenças do grupo de CID¹⁰ M, ou seja, as chamadas doenças osteomusculares que são transtornos articulares, na maioria das vezes, causadores de dores diárias.

Com relação ao CID F (Transtornos mentais e comportamentais), foram observados 08 (oito) profissionais nestas condições; neste grupo de CID, estão os adoecimentos psíquicos, como depressão, transtornos de humor, ansiedade e outros. No que tange aos encaminhamentos, alguns servidores preferem ser encaminhados para Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a fim de receber atendimento por equipe interdisciplinar (sessões de psicoterapia, de terapia ocupacional, atendimento médico), assim como receber a medicação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pois o município não dispõe de um número necessário de profissionais nessa área e os custos do tratamento são elevados. Foi relatada também por alguns servidores a dificuldade são de relações interpessoais com o próprio gestor o que acaba funcionando como gatilho para os problemas mentais.

Observou-se, ainda, que alguns profissionais apresentavam adoecimentos relacionados ao CID M e F, concomitantemente. O CID J também apresentou registro de 04 (quatro) casos; neste grupo, estão as doenças de nariz, garganta e respiratórias, que podem comprometer a voz do professor, principalmente em escolas com ambientes quentes, pouca ventilação ou com ruídos. Neste caso a equipe sempre conta com o apoio de fonoaudióloga no sentido de observar atividades de trabalho que resguardem o uso da voz. No CID C, relacionado a neoplasias, constatou-se apenas um caso, cujo tratamento é bastante longo. Houve também registro de um caso no CID R (Dor abdominal e pélvica); e um no CID G (Doenças do sistema nervoso). Destaca-se que alguns atestados e laudos médicos não apresentavam o CID referente ao adoecimento do servidor.

Nas fichas de acolhimento analisadas, considerando os relatos dos profissionais da educação atendidos, foram observados que muitos casos de adoecimento têm relação com: a precarização do trabalho; a desvalorização do profissional da educação; a estrutura física inadequada e insuficiente; o aumento da jornada laboral motivado pela intenção de aumentar a renda; a violência nas escolas e ao redor delas; os baixos investimentos por parte do governo na educação; o ressentimento com a desvalorização do trabalho do profissional; o número reduzido de servidores; a ausência de reconhecimento pelo trabalho

¹⁰ Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, também conhecida como Classificação Internacional de Doenças (CID 10). Trata-se de publicada da Organização Mundial de Saúde (OMS) que visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde.

realizado; a postura rígida dos gestores e a cobrança por bons resultados em gestões autoritárias, caracterizadas por traços de assédio moral; a redução de contratação por concurso público e o crescimento de contratação de forma terceirizada.

4 Considerações finais

Segundo Mendes e Wunsch (2011), a expansão da área da saúde do trabalhador explica-se pelas repercussões dos novos padrões de acumulação do capital no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva, particularmente seus impactos na saúde dos trabalhadores, assim como o reconhecimento político dessa área no âmbito das políticas públicas, dando-se visibilidade à concepção ampliada de saúde e à necessidade de proteção social do trabalho, decorrente das lutas sociais travadas por distintos agentes. Nesse sentido, dizem as referidas autoras (IBIDEM, p. 467), “é necessário pensar a saúde do trabalhador desde a sua organização na sociedade e no trabalho, compreendendo-se essa realidade sob uma perspectiva de sujeitos coletivos, conhecendo-os e reconhecendo-os historicamente”.

O contexto escolar e os profissionais da educação não estão imunes às transformações no mundo do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva e do avanço das ideias neoliberais, que imprimem uma lógica privatista e produtivista ao serviço público, transformando a função social da educação e subvertendo-a à lógica do mercado e às políticas de contenção de gastos que precarizam as condições de trabalho, de vida e de saúde dos trabalhadores que atuam nesse espaço.

A análise dos acolhimentos realizados no âmbito do NAST, junto aos profissionais da educação do município de Belém, refletem bem os impactos das transformações societárias em curso no mundo do trabalho da educação, o qual vem passando por reformas que reverberam em elevados índices de adoecimento dos mencionados profissionais, com destaque para os distúrbios osteomusculares e os transtornos mentais e comportamentais.

De acordo com Antunes e Praun (2015, p. 423), as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas “resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho”, no bojo da adoção de modelos de gestão que buscam o envolvimento da “subjetividade inautêntica” (ANTUNES, 2010, apud ANTUNES, PRAUN, 2015) e o “controle da subjetividade” (LINHART, 2007, apud ANTUNES, PRAUN, 2015), como mecanismos para obtenção de altos índices de produtividade, mas que impõem condições de trabalho prejudiciais à saúde física e mental dos trabalhadores.

Diante dessa lógica, os profissionais da educação, entre eles o professor, o supervisor e o coordenador, são obrigados a desempenhar suas tarefas laborais em longas jornadas, envolvendo até três turnos de trabalho; os agentes de serviços gerais e agentes administrativos, por sua vez, prolongam suas jornadas, desempenhando atividades extras (os conhecidos pequenos “bicos”) para complementar a renda mensal, dados os baixos salários.

Neste cenário, não se pode deixar de citar ainda as precárias condições das escolas públicas: sem ventilação, com iluminação inadequada, excesso de barulho, elevado número de alunos nas salas, na maioria das vezes situadas em áreas periféricas, pois a escola tem uma função social muito relevante e ela precisa estar onde seu público se encontra, muitos em áreas com alto índice de violência e problemas sociais. É importante mencionar ainda a qualidade das relações de trabalho comprometidas por gestões autoritárias que, na figura de diretores e outros gestores, cobram de seus profissionais os melhores resultados sem oferecerem condições de trabalho adequadas.

Segundo Antunes e Praun (2015, p. 423-424), “não se trata, portanto, de mero acaso que a maior incidência de casos de lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/Dort) e de transtornos mentais” ocorra *pari passu* “à disseminação em escala global dos processos de reorganização do trabalho e da produção e, de maneira articulada, à expansão das diferentes formas de precarização do trabalho, entre elas a expansão da terceirização”, como observado na referida secretaria de educação.

Sendo assim, como uma das formas de enfrentamento a esse contexto tão difícil e adoecedor, torna-se necessário urgentemente reatar os laços de solidariedade fundamentados no sentido de pertencimento de classe junto aos profissionais da educação para, unidos com suas entidades representativas, defenderem melhores condições de vida e de trabalho, o que perpassa pela luta por uma educação pública e de qualidade no Brasil.

Referências

ALVES, G. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: Ensaios de Sociologia do Trabalho. Projeto Ed. Práxis. Bauru, São Paulo. 1º Edição, 2013.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, Cortez, jul./set. 2015, p. 407-427.

BORDALO, K. **Interface entre trabalho docente e Adoecimento**. Dissertação (Mestrado em Pedagogia) Universidade do Estado do Pará. Belém 2014.

BEHRING, E.R. **Brasil em contra-reforma, desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In.: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

Marx, K. **O capital: crítica da economia política**. (6. ed., livro 1, v. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, K; ENGELS, F. **História**. In: FERNANDES, F. São Paulo: Ática, 1983.

MEDEIROS, L.; REIS, M. I. A. Condições de trabalho e efeitos sobre a saúde dos docentes. In: MAUÉS, O. et. al. **O trabalho docente na educação básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 75-91.

MENDES, J. M. R.; WÜNSCH, D. S. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, Cortez, jul./set. 2011, p. 461-481.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**/Ernesto Mandel; apresentação de Paul Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Mato, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, Set. 2011

SILVA, M. R.; ABREU, C. B. M. Reformas para quê? As políticas educacionais nos anos de 1990, o “novo projeto de formação” e os resultados das avaliações nacionais. **Perspectivas**, Florianópolis, v. 26., n. 2., p. 523-550, jul./dez. 2008.